



# Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

## INSTRUÇÃO DO PERÍODO

<b>Processo TC</b>	4353/989/24
<b>Poder</b>	EXECUTIVO
<b>Município</b>	Ilha Comprida
<b>Entidade</b>	PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA COMPRIDA
<b>Período</b>	09/2024
<b>Relator</b>	Dr. Dimas Ramalho
<b>Unidade Fiscalizadora</b>	UR-12 UNIDADE REGIONAL DE REGISTRO
<b>Responsável</b>	Geraldino Barbosa Oliveira Junior
<b>Cargo</b>	PREFEITO
<b>CPF</b>	***.531.658-**
<b>Período de Gestão</b>	01/01/2024 a 04/07/2024
<b>Responsável</b>	MARISTELA OSORIO DE MARQUES CARDONA
<b>Cargo</b>	PREFEITO
<b>CPF</b>	***.445.600-**
<b>Período de Gestão</b>	05/07/2024 a 31/12/2024

Em atendimento ao disposto nas Instruções e Ordem de Serviço vigentes, temos a informar o seguinte:

### ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

## 1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

### 1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos exigidos foram entregues, sendo que os documentos abaixo indicados foram entregues intempetivamente:

<b>Tipo de Documento</b>	<b>Mês</b>	<b>Ano</b>
PARECER CONSELHO FUNDEB	9	2024
Conciliações Bancárias Mensais	9	2024

## 2 - Assunto de Fiscalização: LRF

### 2.1 - GF15 - Análise da Receita (Execução Orçamentária)

<b>Previsão acumulada</b>	R\$ 111.365.700,00	
<b>Realização acumulada</b>	R\$ 103.514.554,69	
<b>Variação</b>	R\$ -7.851.145,31	-7,0499%

Da análise do comportamento das receitas, constatamos uma situação desfavorável, uma vez que ficou aquém da meta de arrecadação, demonstrando, portanto, uma tendência ao descumprimento das Metas Fiscais, cabendo ao Ente o seu acompanhamento para eventuais adequações, razão pela qual, deve ser alertado nos termos do artigo 59, §1º, inciso V da Lei Complementar nº 101/00, para observância do disposto no art.9º da Lei supra citada.

### 2.2 - GF16 - Análise da Despesa (Execução Orçamentária)

<b>Receitas Realizadas :</b>	R\$ 103.514.554,69	
<b>Despesas Liquidadas até o Período</b>	R\$ 105.297.975,75	
<b>Resultado da Execução Orçamentária</b>	R\$ -1.783.421,06	-1,7229%

Da análise do comportamento das receitas arrecadadas e despesas liquidadas, observamos uma situação desfavorável em virtude da ocorrência de déficit, uma vez que ficou aquém da meta de arrecadação, demonstrando, portanto, uma tendência ao desequilíbrio financeiro, cabendo ao Ente o seu acompanhamento para eventuais adequações, razão pela qual, deve ser alertado nos termos do artigo 59, §1º, inciso V da Lei Complementar nº 101/00.

### 2.3 - GF22 - RPPS - Previsão X Realização das Receitas Previdenciárias

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Município não possui Regime Próprio de Previdência Social.

### 2.4 - GF23 - RPPS - Análise das Disponibilidades Financeiras do Regime Previdenciário

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Município não possui Regime Próprio de Previdência Social.

### 2.5 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período

**Posição no exercício anterior**

Órgão	RP Proces	RP Não Proces
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA COMPRIDA	R\$ 7.079.093,47	R\$ 10.966.183,71

**Movimentação no Exercício**

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA COMPRIDA	R\$ 0.00	R\$ 10.280.266,40	R\$ 441.130,28

**Posição atual**

Nome Órgão	RP Proces	RP Não Proces	Red Esperada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA COMPRIDA	R\$ 1.211.324,74	R\$ 6.112.555,76	R\$ 6.015.097,20

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

**2.6 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)**

Período	Desp. Pessoal	RCL	% Gasto	% Ref.
6/2024	R\$ 61.859.461,68	R\$ 127.521.469,15	48,5091%	48,5091%
9/2024	R\$ 62.495.420,91	R\$ 130.957.569,84	47,7219%	48,5091%

A despesa com pessoal no encerramento do mês 9/2024, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 47,7219%, não sendo verificado acréscimo em relação ao percentual apurado em 6/2024, situação que deverá ser confirmada por ocasião da inspeção "in loco".

**2.7 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)**

Disponibilidade Financeira no final do período	R\$ 11.549.572,17
(-) Saldo de Restos a Pagar até o período	R\$ 1.229.285,64
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até o período	R\$ 8.177.147,31
(-) Saldo da Despesa Empenhada a Liquidar	R\$ 5.790.752,99
(-) Valores Restituíveis	R\$ 1.911.622,80
(=) Liquidez do Período	R\$ -5.559.236,57

(+) Saldo da Receita Prevista a Realizar	R\$ 41.985.445,31
(-) Saldo da Despesa Autorizada a Empenhar	R\$ 42.604.366,71
(-) Saldo das Transferências Financeiras a Realizar	R\$ 1.075.000,02
(=) Liquidez Projetada	R\$ -7.253.157,99

A verificação da situação de liquidez apresenta déficit no resultado do período atual e no projetado para o exercício revelando-se desfavorável frente ao adimplemento dos compromissos, comprometendo, por consequência, a execução orçamentária e liquidez financeira do período restante do presente exercício, fato esse que merece toda a atenção da Administração, devendo ser alertada para os ajustes necessários frente aos impedimentos previstos no artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

## 2.8 - GF56 - Análise do artigo 167-A da CF/1988

<b>Receita Corrente Arrecadada (Ente)</b>	
Prefeitura e Demais Órgãos (a)	R\$ 130.957.569,84
<b>Despesa Corrente Liquidada (Ente)</b>	
Prefeitura, Câmara e Demais Órgãos (b)	R\$ 128.880.443,95
<b>Resultado do Ente Municipal</b>	
Percentual (c) = (b) / (a)	98,41%

O resultado apurado mostra que o Ente superou o limite do artigo 167-A (95,00%) da Constituição Federal de 1988. Nestes termos, deve o órgão adotar as medidas cabíveis conforme estabelece a legislação aplicável à situação.

## 3 - Assunto de Fiscalização: ENSINO

### 3.1 - AE02 - Planejamento Atualizado de Aplicação em Ensino

<b>Receita Prevista Atualizada</b>	R\$ 60.802.000,00
<b>Despesa Fixada Atualizada</b>	R\$ 24.163.600,00
<b>Índice Apurado</b>	39,7415%

Após as alterações orçamentárias, realizadas até o período, foram mantidas dotações suficientes para atendimento da aplicação do percentual mínimo de 25,0000% na manutenção e desenvolvimento do ensino, exigido no art. 212 da CF.

### 3.2 - AE03 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Liquidada

<b>Receita</b>	R\$ 53.106.687,54	
<b>Despesa Empenhada</b>	R\$ 16.554.736,26	31,1726%
<b>Despesa Liquidada</b>	R\$ 15.007.084,64	28,2584%
<b>Despesa Paga</b>	R\$ 14.182.333,15	26,7054%

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação favorável ao atendimento do disposto no art. 212 da CF.

### 3.3 - AE04 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Empenhada

<b>Receita</b>	R\$ 53.106.687,54	
<b>Despesa Empenhada</b>	R\$ 16.554.736,26	31,1726%
<b>Despesa Liquidada</b>	R\$ 15.007.084,64	28,2584%
<b>Despesa Paga</b>	R\$ 14.182.333,15	26,7054%

Com base na Despesa Empenhada, o Município atendeu ao disposto no art. 212 da CF.

### 3.4 - AE05 - Aplicação de Recursos do FUNDEB

<b>Receita</b>	<b>Despesa Empenhada</b>	
	<b>R\$</b>	<b>%</b>
R\$ 13.344.925,10	R\$ 12.419.473,76	93,0651%

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município apresenta percentual favorável ao atendimento do art. 25, §3º da Lei 14.113/20.

### 3.5 - AE06 - Aplicação de Recursos do FUNDEB com profissionais da Educação Básica

<b>Receita</b>	<b>Despesa Empenhada com profissionais da Educação Básica</b>	
	<b>R\$</b>	<b>%</b>
R\$ 13.344.925,10	R\$ 10.607.013,70	79,4835%

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município apresenta percentual favorável ao atendimento do art. 26 da Lei 14.113/20.

### 3.6 - AE08 - Repasses Decendiais (Estimado)

25% dos Impostos - Retenções ao Fundeb	Repasses até o Período	
	R\$	%
R\$ 8.645.379,94	R\$ 5.727.669,20	66,2512%

Verifica-se que o Município, até o presente trimestre, efetuou repasses às contas vinculadas em valores que não indicam o atendimento ao disposto no art. 69, §5º da Lei Federal 9.394/96.

## 4 - Assunto de Fiscalização: SAÚDE

### 4.1 - AS02 - Planejamento Atualizado de Aplicação em Saúde

<b>Receita Prevista Atualizada</b>	R\$ 61.402.000,00
<b>Despesa Fixada Atualizada</b>	R\$ 25.752.200,00
<b>Índice Apurado</b>	41,9403%

Após as alterações orçamentárias, realizadas até o período, foram mantidas dotações suficientes para atendimento da aplicação do percentual mínimo de 15,0000% nas ações e serviços de saúde, exigido no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

### 4.2 - AS03 - Aplicação de Recursos Próprios em Saúde com base na Despesa Liquidada

<b>Receita</b>	R\$ 51.850.849,20	
<b>Despesa Empenhada</b>	R\$ 21.387.414,66	41,2480%
<b>Despesa Liquidada</b>	R\$ 20.981.913,20	40,4659%
<b>Despesa Paga</b>	R\$ 18.780.180,37	36,2196%

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação favorável ao atendimento do disposto no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

### 4.3 - AS04 - Aplicação de Recursos Próprios em Saúde com base na Despesa Empenhada

<b>Receita</b>	R\$ 51.850.849,20	
<b>Despesa Empenhada</b>	R\$ 21.387.414,66	41,2480%
<b>Despesa Liquidada</b>	R\$ 20.981.913,20	40,4659%
<b>Despesa Paga</b>	R\$ 18.780.180,37	36,2196%

Com base na Despesa Empenhada, o Município atendeu ao disposto no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

**Data da Geração:** 09/11/2024  
**Hora da Geração:** 00:26:22